

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.173.828 - RJ  
(2017/0238597-0)**

AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL  
AGRAVADO : COMPANHIA AÇUCAREIRA PARAISO  
ADVOGADO : VANILDO DA SILVA COSTA JÚNIOR E OUTRO(S) -  
RJ115290

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do TRF da 2ª Região em acórdão assim ementado:

TRIBUTÁRIO. AGRADO DE INSTRUMENTO. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO AO JUÍZO UNIVERSAL. VEDAÇÃO A REALIZAÇÃO DE ATOS EXPROPRIATÓRIOS APÓS A PENHORA.

1. Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por A CIA. AÇUCAREIRA PARAÍSO, contra decisão proferida pelo juízo da 2ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes - Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos da execução fiscal de n. 91.0061929-9, que indeferiu o pedido de suspensão dos leilões formulado pela executada, ora agravante.

2. Por regra geral a decretação da falência ou o deferimento da recuperação judicial suspendem as execuções em face do devedor, assim como a prescrição, todavia existem exceções a essa norma.

3. As execuções fiscais em face do devedor não se suspendem pela decretação de falência ou de recuperação judicial, considerando que a competência para julgar a Dívida Ativa da Fazenda Pública tem prioridade sobre a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência. Assim, a existência de penhora sobre o bem, por si só, não inviabiliza o prosseguimento das atividades econômicas do empreendimento, já que os bens seguem na posse direta do executado.

4. Quanto à realização de leilões e hastas públicas, no entanto, trata-se de medidas mais gravosas, tendo em vista que retiram os bens alienados da posse da empresa executada. Tal fato, entendo, justifica a suspensão temporária dos atos expropriatório, com o objetivo de preservar os interesses da empresa executada, sem descuidar da garantia de eventual satisfação dos interesses do credor, uma vez que não se afasta a possibilidade de posterior realização da alienação do bem constrito.

5. a Segunda Seção do eg. Superior Tribunal de Justiça já firmou a orientação no sentido de que, embora o acolhimento de pedido de recuperação judicial não suspenda a execução fiscal, os atos judiciais que possam ocasionar a redução do patrimônio da sociedade em recuperação não podem ser praticados por juízo diverso do competente para o processamento daquela (juízo universal), tendo em vista o princípio da preservação da empresa.

6. Agravo de instrumento provido.

A matéria discutida nos autos, qual seja, a possibilidade da prática de atos constitutivos, em face de empresa em recuperação judicial, em execução

fiscal, foi afetada para julgamento sob a sistemática do repetitivo nos Recursos Especiais n. 1.694.261/SP, n. 1.694.316/SP e n. 1.712.484/SP, vinculados ao Tema n. 987/STJ.

Diante disso, torna-se impositiva a suspensão dos feitos pendentes que tratem da mesma matéria, nos termos do art. 1.036 do CPC/2015.

Por sua vez, os arts. 1.040 e 1.041, ambos do CPC/2015, dispõem sobre a atuação do Tribunal de origem após o julgamento do recurso extraordinário submetido ao regime de repercussão geral ou do recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos.

De acordo com tais dispositivos, há a previsão da negativa de seguimento dos recursos, da retratação do órgão colegiado para alinhamento das teses ou, ainda, a manutenção do acórdão divergente, com a remessa dos recursos aos Tribunais correspondentes.

Nesse panorama, cabe ao Ministro Relator, no Superior Tribunal de Justiça, determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que, após o julgamento do paradigma, seja reexaminado o acórdão recorrido e realizada a superveniente admissibilidade do recurso especial.

O referido entendimento restou assentado no art. 34, XXIV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, com a atribuição de competência ao relator para “determinar a devolução ao Tribunal de origem dos recursos especiais fundados em controvérsia idêntica àquela já submetida ao rito de julgamento de casos repetitivos para adoção das medidas cabíveis”.

Neste sentido, destacam-se os julgados: AgInt no REsp 1646935/PE, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 9/4/2018, EDcl no AgInt no REsp 1478016/SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 6/4/2018, AREsp 751.282/PB, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 10/9/2015; AREsp 877.159/MG, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe 6/4/2016; bem assim os precedentes abaixo, cujos excertos transcreve-se:

Verifico que a matéria versada no apelo foi submetida a julgamento no rito dos recursos repetitivos (RESP 1.201.993/SP, que cuida do tema: "prescrição para o redirecionamento da Execução Fiscal, no prazo de cinco anos, contados da citação da pessoa jurídica").

Em tal circunstância, deve ser prestigiado o escopo perseguido na legislação processual (Lei 11.672/2008), isto é, a criação de mecanismo que oportunize às instâncias de origem o juízo de retratação na forma do art. 543-C, § 7º, e 543-B, § 3º, do CPC; e 1040 e seguintes do CPC/2015, conforme o caso.

[...]

Pelo exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, em observância aos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, §§ 7º e 8º, do CPC; e 1040 e seguintes do CPC/2015 e, após a publicação do acórdão do respectivo recurso excepcional representativo da controvérsia:

a) denegue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelos Tribunais Superiores; ou

b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo. (REsp 1633320/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Dje 07/11/2016)."

"O Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.201.993/MG de relatoria do Min. Herman Benjamin (DJe de 25.10.2010), submeteu à Primeira Seção/STJ a questão relativa ao termo inicial da prescrição para o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente, a fim de que tal recurso seja julgado na forma dos recursos repetitivos.

A admissão de recurso especial como representativo da controvérsia impõe que os recursos interpostos (na Corte de origem), que tratem da mesma questão central, fiquem suspensos até o pronunciamento definitivo deste Tribunal.

Posteriormente, tais recursos devem ter seguimento negado (na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça) ou devem ser novamente examinados pelo Tribunal de origem (na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça).

Assim, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após publicado o acórdão relativo ao recurso representativo da controvérsia, o recurso especial seja submetido ao procedimento acima referido.

Consequentemente, torno sem efeito a decisão de fls. 510/513 e julgo prejudicado o agravo interno de fls. 517/525. (AgInt no AREsp 970052/PB, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, Dje 4/11/2016)."

Ante o exposto, torno sem efeito a decisão recorrida, julgo prejudicado o agravo interno e determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão do respectivo recurso especial representativo da controvérsia, em conformidade com a previsão do art. 1.040, c.c. o § 2º do art. 1.041, ambos do CPC/2015: *a)* na hipótese da decisão recorrida coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou *b)* caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do Superior Tribunal de Justiça, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou *c)* finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de novembro de 2018.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator